

## **A TRINCHEIRA DO AGRONEGÓCIO E O TRABALHO DE MULHERES E HOMENS RESIDENTES EM ASSENTAMENTOS RURAIS\***

*COSTA, Alexandra Lopes da\*\**

Este artigo busca provocar reflexões sobre as condições de vida e a organização sexual do trabalho em assentamentos de reforma agrária na região da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, num contexto marcado pelo crescimento do agronegócio, especialmente das usinas de álcool e agrodiesel que contrastam com os modos de vida, trabalho e produção dos assentados, ao mesmo tempo em que a participação masculina como mão de obra nesses empreendimentos, muitas vezes, torna-se uma realidade para sobrevivência e permanência na terra. É no jogo destas contradições, do conflito de interesses entre o capital associado às agroindústrias e os projetos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais residentes em assentamentos rurais, que novas dinâmicas se tecem.

Historicamente, a produção agrícola brasileira voltou-se ao atendimento do mercado externo desenvolvendo-se de diversas maneiras ao longo do tempo (INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009). Conforme Inocêncio & Calaça (2009), a história brasileira do processo de modernização no campo é verticalizada, isto é, *tem sido determinado de fora para dentro do setor agropecuário, a partir da indústria e do capital industrial, que contam usualmente com a ajuda do Estado, através de políticas públicas direcionadas* (INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009, p. 3).

Para estes autores, ancorados nas reflexões de Szmrecsányi, as economias que nasceram sob a dependência econômica, como a brasileira sob o jugo dos interesses da metrópole portuguesa, a lógica de funcionamento do setor agropecuário sofre a regulação das relações de produção e distribuição vigentes na economia geral (SZMRECSÁNYI apud INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009). Desta maneira, os moldes de produção agrícola desenvolvidos no cerrado, região caracterizada por fauna e flora típicas do Centro-Oeste brasileiro, passa pela condução das políticas públicas, vias propiciadoras da produção em

---

\* As reflexões apresentadas são partes de estudos em andamento, com enfoque no tema da economia da exportação e a questão social no Mato Grosso do Sul, enquanto integrante do Grupo de Economia Política da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (GEP/UFMS).

\*\* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), especialista lato sensu em Dependências Químicas e especializando-se em Saúde Pública e Saúde da Família pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp). É pesquisadora correspondente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFMS) e do Grupo de Economia Política (GEP/MS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: alexasociais@yahoo.com.br.

diferentes períodos (INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009). Ou seja, a modernização nesta área de abrangência geográfica traz em seu bojo a mediação da intervenção estatal na economia.

No Mato Grosso do Sul a intervenção do Estado (em âmbito nacional e estadual) no modelo de produção econômica na zona rural não diferiu em essência da realidade ocorrida nos outros estados que englobam a região do cerrado. Criado em 1977, o Mato Grosso do Sul (MS) surgia em plena ditadura militar a partir da divisão territorial do Estado do Mato Grosso com o compromisso de auxiliar o governo brasileiro na produção de alimentos para o mercado nacional, principalmente através da produção de soja e bovinos, bem como, na geração de divisas para a construção da indústria nacional (REBÊLO JUNIOR, 2009).

Era a época do “Brasil grande” e do II Plano Nacional de Desenvolvimento levado a cabo através dos empréstimos internacionais efetuados pelo governo Geisel junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>1</sup>. No bojo desse processo, a construção do território do cerrado, incluindo o do Mato Grosso do Sul, ocorreu através da intermediação entre o Estado, as políticas públicas e as corporações internacionais mediante a implementação de uma série de programas voltados ao desenvolvimento que possibilitam dimensionar o poder do Estado na ocupação, ordenamento e reordenamento do território por meio da agricultura e incentivos para à pecuária extensiva<sup>2</sup> (INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009).

A exemplo, pode-se destacar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER, 1979), visando o fortalecimento da ocupação desta área com a introdução de técnicas de produção modernas para o plantio a soja mediante parceria com o governo japonês, consumidor em grande escala deste produto, e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO, 1975) objetivando a modernização da agropecuária, o apoio à pesquisa e assistência técnica, à construção de armazéns, sistema de transporte, energia e exploração do calcário, etc (INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009).

Nesta direção Inocêncio & Calaça (2009) explicitam que a ampliação dos meios para a produção patrocinados pelo capital estrangeiro com o aumento das empresas

---

<sup>1</sup> As conseqüências das supostas benesses concedidas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, criado para auxiliar economias em desequilíbrio, ao governo Geisel repercutem até hoje na economia brasileira. A cobrança de juros exorbitantes paralelo a imposições políticas, o controle das contas públicas e a pressão para amenização das restrições econômicas aos países ricos, oportunizando o lucro fácil aos investidores estrangeiros, são alguns dos mecanismos de conduta dos credores.

<sup>2</sup> Contudo, a modernização do campo atrelada ao capital nacional e internacional antecede ao período de criação do Mato Grosso do Sul, como se pode constatar através da Companhia Erva Mate Laranjeira, grande produtora da erva-mate para o mercado nacional e exportação que possuiu enorme influência na região sul do estado até a década de 1940 e outros empreendimentos que conjugaram a indústria e o capital industrial nesta área geográfica.

agropecuárias passou a constituir um importante mecanismo para o financiamento dos instrumentos necessários a modernização tão desejada pelo Estado brasileiro.

Nos anos 1980, período considerado como a década perdida, a grave crise econômica que eclodiu no mundo provocou a cobrança da dívida externa contraída pelo país junto aos organismos internacionais forçando o governo brasileiro a direcionar seus esforços para o pagamento dos débitos (REBÊLO JUNIOR, 2009). Rebêlo Junior (2009) aponta que com isso o setor agroindustrial torna-se prioritário no Mato Grosso do Sul e este passa a constituir um importante pólo de exportação de produtos primários gerando saldos financeiros para o pagamento das dívidas, assim, *de esforço industrial-rural complementar à política industrial-urbana passa a fazer parte do esforço principal, que visava gerar saldos comerciais que permitiriam o pagamento da dívida externa* (REBÊLO JUNIOR, 2009, p. 2).

Esse processo é intensificado durante as décadas seguintes. Conforme Calaça (2009) o crescimento da agroindustrialização, principalmente com a descentralização das indústrias do Sul e Sudeste para o Centro em meados dos anos 1980 se expandindo durante a década de 1990, como pode ser constatada com a instalação das usinas Sadia, Perdigão, Ceval, Cardil, entre outras, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul promovem a continuidade da modernização no campo acarretando novas interações entre a agricultura e a indústria.

A partir de meados da primeira década do segundo milênio uma nova fase é inaugurada com a expansão das usinas do setor sucro-alcooleiro e novos artifícios despontam na dinâmica territorial do cerrado e região Centro-Oeste provocando conflitos de interesses entre o capital destas usinas e os agentes do capital já consolidados antes desse período (CALAÇA, 2009).

Em síntese, a produção agropastoril na região voltou-se paulatinamente ao atendimento dos mercados urbanos e do setor industrial, nacional e estrangeiro, distanciando-se do modelo das pequenas propriedades e da agricultura familiar para a subsistência e o auto-consumo. De acordo com Inocêncio & Calaça (2009) esse esquema de especialização crescente conjuga elementos distintos que envolvem o acirramento da concorrência, à diferenciação dos produtores, à concentração dos meios de produção e riqueza paralela à industrialização da agricultura.

## O agronegócio no Mato Grosso do Sul: a face oculta do “desenvolvimento”

Mato Grosso do Sul é um estado com características agrárias e de latifúndio, que agudizam a concentração de terras e riquezas, promovendo a discrepância da garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais para a maior parte da população.

A sustentação econômica do estado, que durante décadas esteve ligada à produção de soja e bovinos, sofre mutação com a presença crescente das usinas do setor sucroalcooleiro que se ancoram na região. Há ainda frigoríficos de frango, de carne, laticínios, siderúrgicas e usinas de fabricação de papel que se aportam no Mato Grosso do Sul.

Dados da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições do Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul (CIPFCT/MS) de 2007, fórum que congrega cerca de 35 organizações governamentais e não governamentais e outras instâncias da sociedade civil, apontaram a existência de 32 usinas cadastradas, além de 11 em funcionamento no Mato Grosso do Sul até esse ano<sup>3</sup>.

Conforme o advogado Maucir Paulette, coordenador da CIPFCT/MS, o estado passa por uma metamorfose em que novas culturas entram em cena independente do desejo da população. Para Paulette um dos maiores problemas referentes à implantação das usinas na região costumam ser as péssimas condições de trabalho oferecidas por esses empreendimentos, que em geral empregam trabalhadores pobres, indígenas e migrantes. Outro aspecto salientado por ele refere-se à degradação ambiental. O ecossistema sofrerá transformações em decorrência de grandes extensões de plantação de cana acarretando mudanças climáticas ao planeta. Os problemas devem se agravar no período das queimadas gerando conseqüências à saúde, pois propiciam o aumento das doenças respiratórias na população<sup>4</sup>.

De acordo Pereira (2007), embasado no Relatório Global intitulado “Não ao trabalho forçado” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2001, casos de trabalho forçado em condições insalubres e análogas à escravidão têm sido encontrados em todo o

---

<sup>3</sup> Sobre isso consultar o Relatório da I Oficina de Direitos Humanos do Centro-Oeste. COSTA, Alexandra Lopes da. Direitos Humanos e Desenvolvimento: impactos econômicos, sociais e ambientais. In: **Relatório da I Oficina de Direitos Humanos do Centro-Oeste**. Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, 2007.

<sup>4</sup> Informações retiradas do Relatório da I Oficina de Direitos Humanos do Centro-Oeste. Sobre isso ver COSTA, Alexandra Lopes da. Direitos Humanos e Desenvolvimento: impactos econômicos, sociais e ambientais. In: **Relatório da I Oficina de Direitos Humanos do Centro-Oeste**. Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, 2007.

Brasil com proeminência nas áreas da mineração, da produção de carvão vegetal, no trabalho sazonal de desmatamento e em diversas atividades agrícolas com destaque para os cortes da cana, plantação de capim e colheitas de algodão e café. Diversos problemas confluem nessa configuração. Por um lado, aparece o fenômeno dos movimentos migratórios com o deslocamento dos trabalhadores dos rincões de pobreza, através dos “gatos” intermediários, que oferecem falsas oportunidades de trabalho e renda. Atraídos pelas possibilidades de melhoria de vida, muitos migrantes são transportados em ônibus ou caminhão para lugares distantes de seus lares. O recrutamento de povos indígenas para o trabalho em condições precárias fora das comunidades, também é uma realidade. Além disso, trabalhadores rurais não qualificados, muitas vezes, sofrem com o sistema de servidão por dívidas, perdendo o contato com seus familiares e vivendo em trânsito mudando de uma situação de exploração para outra. Nesse processo costumam-se hospedar em alojamentos ou hospedarias, onde o consumo do álcool é frequente. Estes locais funcionam de maneira articulada com os gatos. Não raro os proprietários das hospedarias repassam as dívidas dos trabalhadores aos gatos que os levam para o trabalho forçado em outro lugar.

Situação semelhante ocorrera no Mato Grosso do Sul com a instalação das usinas de cana de açúcar em meados dos anos 2000. Segundo Maucir Paulette estes empreendimentos necessitaram de um número grande de mão de obra braçal nem sempre disponível no estado, por isso, grande parte da mão de obra ocupada proveio de outras regiões brasileiras, em geral, dos bolsões de pobreza da Alagoas, Maranhão, sertão da Bahia e Vale do Jequitinhonha.

Estes imigrantes chegam aqui de todas as formas que se possa imaginar, menos a legal. Membros da companhia vão até eles, dão o dinheiro para a compra da passagem e os trabalhadores viajam para cá como se estivessem fazendo turismo ou vindo passear na região. A maioria destes trabalhadores passa boa parte do ano pagando as dívidas contraídas durante a viagem. No final da safra, com a rescisão do contrato, esses trabalhadores conseguem voltar, mas levam pouca coisa de volta. Nenhum recurso fica no estado<sup>5</sup>.

Outro aspecto salientado por ele refere-se à degradação ambiental. O ecossistema sofrerá transformações em decorrência de grandes extensões de plantação de cana acarretando mudanças climáticas ao planeta. Os problemas devem se agravar no período das queimadas gerando conseqüências à saúde, pois propiciam o aumento das doenças respiratórias na

---

<sup>5</sup> COSTA, Alexandra Lopes da. Direitos Humanos e Desenvolvimento: impactos econômicos, sociais e ambientais. In: **Relatório da I Oficina de Direitos Humanos do Centro-Oeste**. Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, 2007, p.27.

população. E quase todos estes projetos estão vinculados a grupos econômicos de outros países<sup>6</sup>. Desta maneira, além da destruição ambiental e das precárias condições de trabalho que afetam a saúde do trabalhador favorecendo o aumento dos gastos nas áreas da saúde, previdência e assistencial social para os governos, o disparate deste tipo de situação apontada por Paulette é que a maioria dos empreendimentos possui abonos fiscais concedidos pelos governos enquanto a maior parte do lucro vai para outros estados e países.

A especulação fundiária e a valorização do preço da terra também são conseqüências dessa lógica de desenvolvimento que favorece ao aumento das contradições e a violência no campo. De acordo com Canuto (2006) nos estados onde o agronegócio é promissor os índices de violência na zona rural aumentam.

Segundo o documento Direitos Humanos no Brasil 2006, relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, mesmo durante o governo do presidente Lula (PT) considerado um dos mais aliados e abertos ao diálogo pela ótica de movimentos sociais do campo, esse fenômeno não parou de crescer. Apesar das mudanças no que tange as históricas repressões exercidas pelo Executivo federal, ocorrida nos governos anteriores, intensificam-se as repressões do poder privado e do poder público em âmbito local e regional em muitas partes do país, e especialmente as praticadas pelo Poder Judiciário, acionado com frequência para tentar reprimir a luta dos trabalhadores no campo (CANUTO, 2006).

Para se ter uma idéia, o relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos aponta que no período de 2003 ao ano de 2006 o número de conflitos do campo saltou de 926 casos, existentes até 2002 para 1.690, revelando um aumento de 82,7%. O número de despejos de famílias emitidos pelo judiciário, de assassinatos envolvendo conflitos no campo e o número de prisões também foram intensos durante os primeiros anos do governo petista.

Mas o relatório também indica que o número de ocupações e acampamentos somados também cresceu durante esse período, atingindo 676 ações compreendendo 124.634 famílias e 623.170 pessoas, contrastando com as 248 ações existentes em 2002.

Canuto (2006) observa que, se por um lado, houve um aumento das ações dos trabalhadores com a conquista do governo petista a presidência da república, movidos pela idéia de que chegava hora da reforma agrária acontecer, por outro, o latifúndio, assustado com

---

<sup>6</sup> Paulette aponta uma série de empreendimentos vinculados ao capital internacional no sul do estado, com destaque para: o grupo dos americanos da Copernavi que possuem outras empresas na região, o grupo de chineses com área de usina próxima à Campo Grande, os portugueses na região de Sidrolândia, os italianos em Sonora e Nova Alvorada do Sul e os franceses em Rio Brilhante. Sobre isso consultar COSTA, Alexandra Lopes da. Direitos Humanos e Desenvolvimento: impactos econômicos, sociais e ambientais. In: **Relatório da I Oficina de Direitos Humanos do Centro-Oeste**. Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, 2007, p.27.

essa possibilidade, reagiu intensificando as ações truculentas com o uso de pistoleiros e firmas de segurança e acionando o Poder Judiciário, quase sempre ágil na emissão de liminares para reintegração de terras ocupadas e expedição de mandatos de prisão, em que haja alguma forma de denuncia, contra trabalhadores envolvidos em ações na luta pela terra.

De um lado, acampados, assentados, sitiantes, colonos e camponeses lutam pela conquista e permanência na terra, com investimentos ínfimos do governo se comparado ao montante destinado ao agronegócio, de outro, a lógica da produção em larga escala com o aumento da produtividade e a modernização da agricultura contrastam com os modos de vida e produção dos trabalhadores rurais acrescida dos conflitos e tensões na luta pela reforma agrária e melhorias de vida no campo.

Nesse contexto, as atividades desenvolvidas pela família nos assentamentos sofrem impacto da exigência da mecanização da agricultura e da profissionalização do trabalhador, impelindo às modificações na situação ocupacional dos membros da família, visíveis no assalariamento e que incluem a fragmentação do trabalho familiar, separação da terra e outras alterações nos modos de vida tradicionais (FARIAS, 2005, 2007). No entanto, Farias (2005), observa a existência de mecanismos de resistência que vivificam as normas, moralidades, crenças, costumes e conhecimentos criados pelas famílias.

No bojo destas contradições lógicas distintas de valores, modos de produção e temporalidades confluem na zona rural repercutindo de diversas formas no interior dos assentamentos no sul do Mato Grosso do Sul. No meio dessa mixórdia, Farias (2005, 2008) a partir das reflexões de Ferrante (1998), salienta que o Estado exerce uma política de arranjos e rearranjos como uma espécie de “violência programada” empreendida junto aos assentamentos de reforma agrária. De acordo com Farias:

Essa violência ocorre sob o prisma de uma lógica de tempo linear, que significa variadas imposições no dia-a-dia das famílias, tais imposições se confrontam com as experiências passadas, com o modo de vida e o projeto gestado pelas famílias. Por tudo, isso, os conflitos e tensões vêm à tona, as famílias resistem à esse jogo de força estatal, que nega uma história já construída na trajetória familiar (FARIAS, 2008, p. 156).

Além disso, esta autora relata que o Estado emprega uma ideologia racionalista e utilitária calcada no modelo produtivista visando ao mercado e conduzido pelos interesses do próprio Estado e do capital ante as necessidades e valores das famílias residentes em assentamentos. Esta situação permite dimensionar a força do agronegócio intentando se projetar como proposta para os assentamentos, ao mesmo tempo em que desencadeia reações

e uma série de resistências por parte dos assentados para preservação dos projetos familiares (FARIAS, 2005, 2008).

A falta de compreensão do Estado sobre os modos de organização e produção das famílias que vivem em assentamentos rurais também é um aspecto observado por Farias (2008). Segundo essa autora, o Estado não entende o espaço social dos assentamentos a partir de uma temporalidade dinâmica e, sobretudo em construção, nem mesmo compreende os projetos familiares estruturados sob diversas subjetividades, heterogeneidades e representações se misturando e se redesenhando no assentamento [...] (FARIAS, 2008, p. 156).

O resultado disso são ações insuficientes ancoradas sobre parâmetros lineares que se contrapõe e agride as necessidades e desejos das famílias, podendo favorecer a certo desencantamento por parte das mesmas (FARIAS, 2005, 2008). Afinal, estas já trilham um longo percurso para conquista do lote e ainda enfrentam uma série de dificuldades para permanência na terra que inclui a carência de incentivos governamentais que respeitem seus anseios e demandas e outras situações adversas.

### ***O cotidiano e a vida de homens e mulheres residentes em assentamentos***

O cotidiano nos assentamentos rurais, entendidos como espaço-tempo em que as pessoas constroem e produzem suas vidas não é algo que possa ser delimitado de maneira precisa, pois mescla temporalidades, subjetividades, representações sobre “a terra matter”, o viver na terra, o masculino e o feminino, religiosidades e uma multiplicidade de interesses e valores que produzem um movimento dinâmico e heterogêneo do vir a ser próprio das relações sociais (FARIAS, 2005, 2005, 2007, 2008). Nesta direção, Farias (2008) chama atenção para a necessidade de compreender a vida nos assentamentos não como um espaço harmônico, mas permeado de conflitos, instabilidades, (re)equilíbrios, continuidades e descontinuidades, salientando que: *cotidiano é movimento, é construção social e histórica da vida humana* (PÉREZ, 2003 apud FARIAS, 2008, p. 154).

O mesmo ocorre no contexto dos assentamentos da região da Grande Dourados, no sul do estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com Farias (2005) a vida nos assentamentos congrega certa ambigüidade, reflexo de diversos atores e projetos sociais existentes desde o processo de constituição dos assentamentos, produzindo uma contextura social complexa de ser compreendida. Nele misturam-se distintos projetos: os das famílias, indivíduos, mediadores e os do próprio Estado.

Com o desenvolvimento crescente das atividades agropecuárias ligadas à indústria e a presença das usinas de cana de açúcar no sul do Mato Grosso do Sul, assiste-se ao fortalecimento do agronegócio expandindo a força do capital hegemônico na região. Nesse processo eclodem as disputas territoriais entre os atores capitalistas que se articulam com as elites e autoridades políticas municipais e estaduais visando à materialização dos interesses das grandes corporações, ligadas ao capital nacional e multinacional, capazes de promover a especulação fundiária da terra e intensificar a exploração da mão de obra barata na região (CALAÇA, 2009).

Os assentamentos de reforma agrária na região da Grande Dourados não estão fora do impacto ocasionado por estas mudanças. Diante de ações limitadas do Poder Público muitas famílias modificam a organização social do espaço inserindo novas atividades, ao mesmo tempo, a saída de moradores dos assentamentos para o trabalho fora do lote transforma-se em uma possibilidade para permanência na terra, porém, esta situação não costuma ser vista de forma positiva pelos assentados que constroem uma série de mecanismos de resistência para a continuidade na terra.

Neste contexto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Alvorada do Sul, Ramão Escalante, aponta uma situação preocupante<sup>7</sup>. Segundo Escalante a produção rural em alguns assentamentos, especialmente no entorno do município de Nova Alvorada do Sul, deixou de ser a única prioridade, pois a procura do emprego nas cidades vizinhas ou mesmo nas usinas do setor sucroalcooleiro se torna uma alternativa complementar à subsistência nos assentamentos, penitenciados pela falta de estrutura do ambiente e ações insuficientes do Poder Público.

Contudo, a competição pelo emprego também é uma realidade com a qual se deparam os assentados, principalmente em relação à busca de trabalho por homens nas usinas. Estes disputam vagas de trabalho com trabalhadores de outras partes do país, como do interior do Nordeste e do Estado de São Paulo, que seguiram para Nova Alvorada do Sul na esperança de galgar melhorias de vida, oportunidades de trabalho e renda<sup>8</sup>.

Com o aumento da cadeia produtiva sucro-alcooleira nesta região, a experiência na colheita manual da cana transforma-se em fator determinante para obtenção do emprego nas usinas, onde poucas pessoas na cidade conheciam as técnicas antes disso. A indústria ao incentivar o processo migratório para ampliar a produção trouxe como consequência o

---

<sup>7</sup> Ver COSTA, Alexandra Lopes da. **O tônico dos machos: o uso de psicoativos no contexto das masculinidades e a violência de gênero no campo**. Anteprojeto de pesquisa apresentado durante o processo seletivo do Mestrado em História, da Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.

<sup>8</sup> Idem.

barateamento da força de trabalho a partir do excedente de mão de obra, em geral, a masculina.

Segundo Pagés (1987) já existem análises formuladas a respeito dos processos que alimentam o desenvolvimento do capital e a dominação das multinacionais sobre os indivíduos. Porém, o autor salienta que essas análises se desconectadas da vida dos sujeitos que as vivem e as reproduzem, não se tornam capazes de modificar os mecanismos em curso. De acordo com Farias:

Para as mulheres e para os homens dos assentamentos, o real e as condições materiais de existência favorecem ou impedem as possibilidades de superação da realidade atual, vislumbrando um futuro diferente. Mesmo que a transformação da realidade objetiva seja social e histórica, ela não é livre de conflitos. Isso demanda um esforço durável para a permanência na terra, transformando-a cada vez mais em um lugar melhor para se viver com sentidos e significados que vão (re)compondo-se nas relações tecidas no dia-a-dia do trabalho na terra (FARIAS, 2009, p. 203).

Na lida nos assentamentos no Mato Grosso do Sul cabe às mulheres o trabalho doméstico. Mas este trabalho não consiste apenas em cuidar dos filhos, preparar as refeições, limpar a casa, lavar e passar roupas. Muitas vezes são elas as responsáveis pelo corte da lenha, o plantio e colheita de alimentos essenciais para o consumo da família. Também cuidam do gado, andam a cavalo, dirigem o trator, etc (FARIAS, 2005). No entanto, não são reconhecidas como trabalhadoras, mas como meras ajudantes do trabalho dos maridos (FARIAS, 2008; SOUZA, 2009).

Ainda sobre esse assunto Farias (2008) destaca uma diferença no trabalho das mulheres no processo de conquista do assentamento. De acordo com ela, durante a trajetória de luta no acampamento muitas mulheres construíram uma imagem de liderança com grande participação em momentos decisórios da vida social, ao passo que, quando assentadas a presença nas decisões do processo produtivo, incluindo questões relacionadas à circulação e ao lucro dos proventos financeiros, bem como, a participação nas instâncias decisórias em vários espaços passam a ser menos evidente.

Longe do status e reconhecimento social de quem vive do trabalho, as mulheres encampam o trabalho doméstico exercendo as responsabilidades impostas para a mulher pelos mecanismos de socialização apropriados a cada sexo, mas também realizam uma série de funções tradicionalmente consideradas masculinas, como o aparte do gado e a operação de maquinário (FARIAS, 2005). Contudo, Farias (2005) explicita que estes serviços são computados como auxílio promovendo a desvalorização da força de trabalho feminina que se estende ao espaço dos lares. Para ela a justaposição de atividades é um processo que vai

gradativamente sendo internalizado como uma obrigação não sentida, traços reveladores da subordinação das mulheres. A autora também ressalta que o inverso não foi detectado, ou seja, a participação do trabalho da maioria dos meninos e homens nas atividades usualmente consideradas femininas é praticamente inexistente.

Conforme Tedeschi (2009) *a economia do sistema capitalista trata de desconhecer essa economia paralela, que surge e se constrói dentro do sistema familiar de produção* (TEDESCHI, 2009, p. 158). Para este autor as dimensões atuais que envolvem a vida das mulheres agricultoras guardam resquícios seculares que se modelam de diferentes formas visando à manutenção do poder masculino vigente (TEDESCHI, 2009).

De maneira semelhante às áreas urbanas as relações sociais de gênero no campo apresentam hierarquias que privilegiam o masculino. Souza (2009) revela que a condição da mulher no campo, independente da sua posição na esfera social, seja como assentadas, agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, cortadoras de cana, indígenas ou quilombolas, possuem menor prestígio no contexto da sociedade. *São sempre relegadas ao segundo, terceiro, último plano na hierarquia de poder, do comando e, mesmo na tomada de decisão relacionada às atividades agrícolas* (p.1 ).

Mesmo diante desse cenário as mulheres exploram os possíveis construindo mecanismos de resistência utilizando o seu saber-fazer e novos saberes que empregam em situações diversas, principalmente na escolha de formas alternativas de produção e do trabalho coletivo, reafirmando os valores de outras épocas (FARIAS, 2005).

Nesse sentido, Tedeschi (2009) afirma que a categoria mulheres agricultoras não pode ser definida por uma lista de atributos e que tampouco estas desejam substituir a dominação masculina pela feminina, mas ultrapassá-las desmantelando a lógica da superioridade de um gênero versus a inferiorização do outro. Conforme esse autor, as mulheres rurais embora vivenciem uma situação de dependência em vários aspectos, são as principais agentes para a manutenção da vida no assentamento e protagonistas em diversas situações rumo às transformações culturais no mundo rural (TEDESCHI, 2009).

Em síntese, os processos de resistência de inúmeras mulheres na lida cotidiana dos assentamentos de reforma agrária podem contribuir para alterar as desigualdades de gênero, bem como, reforçar a produção coletiva que se contrapõe a lógica do capital, tão necessários para alimentar os sonhos de homens e mulheres pela permanência na terra e gestão de outras maneiras de viver e (re)produzir a existência.

## ***Referências***

CALAÇA, Manoel. A territorialização do capital no Cerrado: agro(bio)combustíveis e o campesinato – questões para debate. In: **XI EREGEO, Simpósio Internacional de Geografia**, Universidade Federal de Goiás (campus Jataí), 2009. Texto disponível no endereço eletrônico: <http://www.eregeo.agbjatai.org/anais/textos/12.pdf>. Consultado em março de 2010.

CANUTO, Antônio. Violência X ações dos movimentos sociais do campo. In: **Direitos Humanos no Brasil 2006**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Evanize Sydow e Maria Luisa Mendonça (org.). Apoio Fundação Heinrich Böll, 2006, p. 23-30.

COSTA, Alexandra Lopes da. Direitos Humanos e Desenvolvimento: impactos econômicos, sociais e ambientais. In: **Relatório da I Oficina de Direitos Humanos do Centro-Oeste**. Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, 2007, p.27

COSTA, Alexandra Lopes da. **O tônico dos machos: o uso de psicoativos no contexto das masculinidades e a violência de gênero no campo**. Anteprojeto de pesquisa apresentado durante o processo seletivo do Mestrado em História, da Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.

FARIAS, M. F. L. As trilhas da pesquisa em assentamentos de reforma agrária: continuidades e descontinuidades nas relações de gênero. In: **Espaço Plural (Unioeste)**, ano IX, n° 18, 2008.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. As representações sociais: algumas reflexões sobre a participação feminina nos assentamentos de reforma agrária. In: **Anais eletrônicos do XXII do Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz**. Londrina, Paraná, 2005.

\_\_\_\_\_ O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (Orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento – desafios e rumos das políticas de desenvolvimento rurais**. Brasília, MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008, p. 151 -170.

\_\_\_\_\_ As representações sociais em assentamentos de reforma agrária: algumas reflexões. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2005.

\_\_\_\_\_ Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. In: **Revista Nera**, ano 10, n° 11.julh /dez. 2007. Texto disponível no endereço eletrônico: [http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/11/7\\_Farias\\_n\\_11.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/11/7_Farias_n_11.pdf). Consultado em abril de 2010.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista no século XX. In: **XIX Enga - Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p.1-16. Texto disponível no endereço eletrônico: [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Inocencio\\_ME.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Inocencio_ME.pdf) . Consultado em março de 2010.

PEREIRA, Cícero Rufino. **Efetividade dos Direitos Humanos Trabalhistas: O Ministério Público do Trabalho e o Tráfico de Pessoas: o Protocolo de Palermo, a Convenção n° 169 da OIT, o trabalho escravo, a jornada exaustiva**. São Paulo: Ltr, 2007.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria de gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: Alzira Salete Menegat; Losandro Antonio Tedeschi, Marisa de Fátima Lomba de Farias (Orgs.) **Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009, p. 141 -168.

YAMIN, Giana Amaral; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Ambiguidades na vida das famílias nos espaços de reforma agrária. In: Alzira Salete Menegat; Losandro Antonio Tedeschi, Marisa de Fátima Lomba de Farias (Orgs.) **Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009, p. 187-205.

REBÊLO JUNIOR, Manoel. **Economia de exportação, a atuação do estado, e a questão social: o caso de Mato Grosso do Sul**. (Projeto de pesquisa) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Direitos Humanos no Brasil 2006**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Evanize Sydow e Maria Luisa Mendonça (org.). Apoio Fundação Heinrich Böll, 2006.